

Sumário

Apresentação	xiii
Prefácio	xv
Capítulo I – Introdução	1
Capítulo II – Etimologia do Termo “Indício”	5
Capítulo III – Evolução Histórica da Prova por Indícios	9
III.1. Direito antigo	9
III.2. Direito Romano.....	9
III.3. De Roma à Idade Média	11
III.4. Direito Canônico.....	13
III.5. “Lex Carolina”	17
III.6. Tempos posteriores	19
III.7. Direito lusitano	22
III.8. Tempos modernos.....	23
Capítulo IV – Conceito de Indício	25
IV.1. Conceito comum	25
IV.2. Conceito jurídico.....	26
IV.3. Postura da doutrina.....	27
IV.4. Nosso conceito de indício.....	30
IV.4.1. Fato, circunstância e coisa	30
IV.4.1.1. Fato.....	30
IV.4.1.2. Circunstância	33
IV.4.1.3. Coisa	34
IV.4.1.4. Delimitação do conceito	35
IV.4.2. Indução, dedução e inferência.....	36
IV.4.2.1. Indução e dedução.....	36
IV.4.2.2. Inferência	38
IV.4.2.3. Determinação da índole da operação mental	39
IV.4.3. Tentativa de conceituação técnica de indício.....	41
Capítulo V – Indício na Legislação Processual	43
V.1. Código de Processo Penal.....	43
V.2. Legislação processual civil.....	44

V.3. Código de Processo Penal Militar	45
V.4. Projeto de Código de Processo Penal	45
Capítulo VI – Indício e Presunção	47
VI.1. Presunção	47
VI.2. Posição da doutrina.....	50
VI.3. Nossa posição.....	53
Capítulo VII – Indício e Suspeita	57
Capítulo VIII – Classificação dos Indícios	61
VIII.1. Considerações preambulares	61
VIII.2. Classificações dos antigos penalistas.....	61
VIII.3. Classificações da era moderna.....	63
VIII.3.1. Ellero	63
VIII.3.2. Malatesta	64
VIII.3.3. Carnelutti	65
VIII.3.4. Garraud.....	66
VIII.3.5. Gorphe.....	66
VIII.4. Esboço para uma classificação dos indícios.....	67
VIII.4.1. Materialidade	69
VIII.4.2. Autoria	74
VIII.4.3. Imputabilidade e culpabilidade.....	76
VIII.4.3.1. Capacidade moral para delinquir.....	78
VIII.4.3.2. Motivo da infração	79
VIII.4.3.3. Manifestação do acusado.....	81
VIII.4.4. Comentários conclusivos.....	85
Capítulo IX – Valoração dos Indícios	87
IX.1. Elementos de existência jurídica do indício.....	89
IX.1.1. Certeza do fato indiciante	89
IX.1.2. Proposição geral fornecida pela lógica ou pela experiência.....	91
IX.1.3. Relação de causalidade entre o fato indicador e o fato indicado.....	91
IX.2. Requisitos de validade da prova indiciária	91
IX.2.1. Ausência de imitação probatória	92
IX.2.2. Emprego de provas lícitas para demonstrar o fato indicador ..	92
IX.2.3. Ausência de nulidade na obtenção da prova do fato indicador ..	92
IX.2.4. Inexistência de nulidade que vicie a prova por indícios	92
IX.3. Fatores de eficácia probatória dos indícios.....	93
IX.3.1. Exclusão da hipótese de azar.....	93
IX.3.2. Exclusão da hipótese de falsificação do fato indicador.....	94
IX.3.3. Certeza processual da relação de causalidade entre o fato in-	
dicador e o indicado	95
IX.3.4. Pluralidade de indícios	96

IX.3.5. Gravidade, precisão e concordância dos indícios e convergência das lições indiciárias.....	98
IX.3.6. Eliminação de contra-indícios	100
IX.3.7. Eliminação das outras hipóteses e dos motivos infirmantes da conclusão	102
X.3.8. Inexistência de provas que infirmem os fatos indicadores	103
X.3.9. Conclusão precisa e segura	103
Capítulo X – Avaliação da Prova Indiciária	105
Capítulo XI – Conclusões.....	109
Referências Bibliográficas	113